

STF decidirá pontos polêmicos da nova Carta

BRASÍLIA — "A lei é o que o juiz diz que ela é", já disse o juiz Hughes, da Suprema Corte dos Estados Unidos.

Na madrugada de sexta-feira, a Constituinte encerrou o trabalho de votação; nos próximos dias, será concluída a redação final. A obra é dos constituintes, mas a 500 metros do prédio do Congresso, no Supremo Tribunal Federal, 11 homens aguardam o momento de assumir a função de interpretar e dar espírito à nova Constituição.

A partir da promulgação, o STF terá a atribuição básica de tribunal constitucional. É lá, por exemplo, que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, poderão resolver a polêmica em torno da autoaplicabilidade ou não do tabelamento da taxa de juros reais em 12% ao ano. Mailson diz que não aplica a norma antes da lei de regulamentação e Cabral se bate pelo tabelamento já.

Será ao STF que entidades como sindicatos e associações de classe e de moradores poderão recorrer, quando se sentirem prejudicados pela aplicação, ou até pela omissão, dos preceitos constitucionais. Antes, só os pro-

curadores podiam arguir a inconstitucionalidade de alguma medida. Com isso, o STF terá seu trabalho aumentando em muito, embora os ministros não saibam ainda quanto.

Isso vai depender, explicam, da capacidade da administração pública e do Congresso não provocarem controvérsias, quando for elaborada a legislação complementar e ordinária que aplicará as normas constitucionais. No ano passado, o STF julgou 22 mil ações, enquanto a Corte Suprema americana decidiu apenas 350, no mesmo período. O que preocupa os ministros não é o volume de trabalho, mas a natureza nova das matérias. Por isso eles já estão fazendo um curso intensivo sobre a nova Constituição, examinando cada artigo. O trabalho é em tempo integral e eles evitam dar entrevista antes de ter o texto final em mãos.

Mas o ministro Célio Borja concorda em fazer uma avaliação da Constituinte que, segundo ele, "foi um processo extraordinariamente aberto, cujo resultado reflete a sociedade brasileira". Reconhece que houve erros — "principalmente técnicos e de linguagem" — mas acredita que um de seus maiores méritos é a falta de arrogância, "tanto que admite ter seu resultado previsto em cinco anos".

Os 11 que dirão o que vale

São esses os 11 ministros — todos nomeados durante o regime militar, à exceção de Carlos Madeira e Célio Borja — que, a partir do final deste mês, deverão interpretar o trabalho que os 559 constituintes levaram um ano e meio para escrever:

Raphael Mayer — É o presidente até o início do próximo ano. Foi nomeado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, tem 69 anos de idade, e, antes de assumir no Supremo, era consultor geral da República. É de tendência liberal.

Néri da Silveira — Vice-presidente, assume da presidência justamente durante os dois anos iniciais de aplicação da nova Carta. Tem 56 anos, foi nomeado pelo ex-presidente João Figueiredo quando era presidente do Tribunal Federal de Recursos. Tendência liberal.

Djaci Falcão — Juiz de carreira, 69 anos e decano do Supremo. Foi nomeado pelo ex-presidente Castelo Branco. Como Mayer, junto de quem foi criado na cidade paraibana de Monteiro,

Moreira Alves — Tem 55 anos. Nomeado por Geisel, foi o segundo presidente do STF — o primeiro foi José Linhares — a assumir a Presidência da República. Moreira Alves já presidiu os três poderes: o Judiciário, até o ano passado, o Executivo, durante quatro dias em 1986, e o Legislativo, durante a instalação da Constituinte. É conservador.

Oscar Corrêa — Ex-deputado, integrou a banda de música da antiga UDN, ao lado de Carlos Lacerda e Tenório Cavalcanti. Tem 67 anos e foi para o STF nomeado por Figueiredo. Recentemente seu nome foi ventilado para substituir Paulo Brossard no Ministério da Justiça. Agora é candidato a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. É conser-

vador e já criticou abertamente a Constituinte.

Aldir Passarinho — Já foi do Tribunal Federal de Recursos, tem 67 anos de idade e foi nomeado por Figueiredo, como outros cinco ministros da atual composição do tribunal. É de tendência liberal.

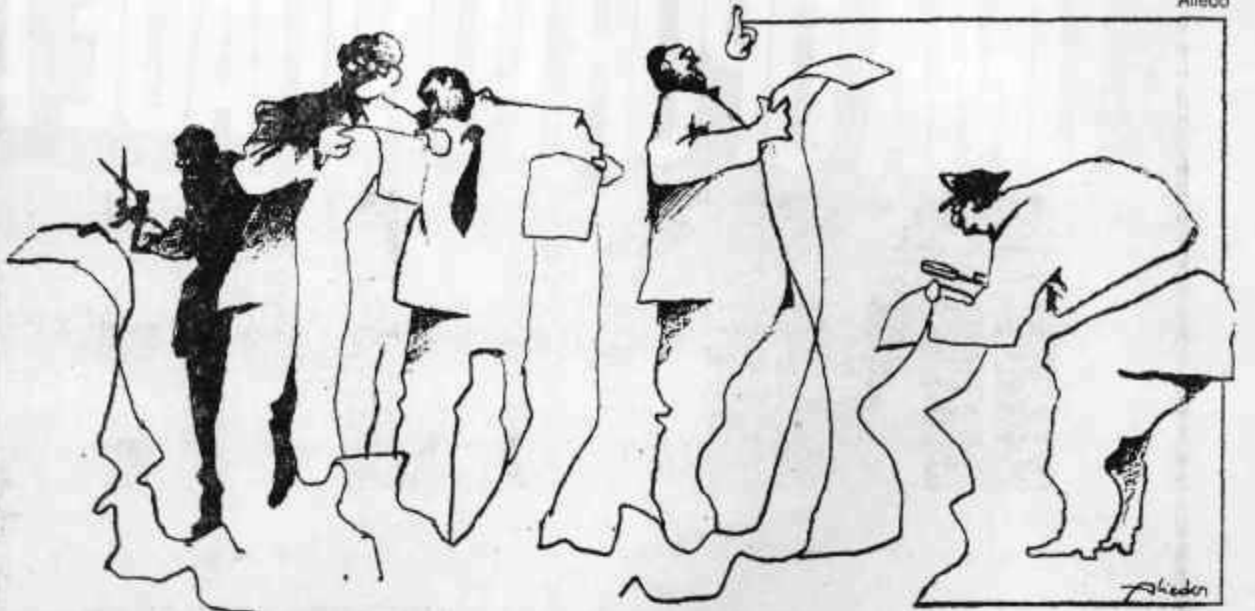
Francisco Rezek — Professor de Direito Internacional na Universidade de Brasília, 44 anos, é o mais novo dos integrantes do STF. É chamado de "ministro do terceiro milênio", pois só deverá deixar o tribunal em 2014, quando completa 70 anos. Foi assessor especial de Leidão de Abreu, chefe do Gabinete Civil no governo de Figueiredo, que o nomeou. É liberal.

Sydnei Sanches — Tem 55 anos e era presidente da Associação Brasileira de Magistrados quando foi para o STF, em 1984, por nomeação de Figueiredo. Foi designado pelo Tribunal para, no início dos trabalhos, explicar aos constituintes as propostas do STF para a nova Carta. De tendência liberal.

Otávio Gallotti — Tem 58 anos, foi também nomeado por Figueiredo e pertenceu ao Tribunal de Contas da União. Seu pai, Luís Gallotti, foi durante 25 anos ministro do Supremo. Considerado conservador.

Carlos Madeira — Amigo e contemporâneo do presidente José Sarney no grupo de literatos de São Luís, tem 68 anos. Veio do Tribunal Federal de Recursos. É liberal.

Célio Borja — Só ele e Carlos Madeira foram nomeados por Sarney. Borja tem 60 anos, foi presidente da Câmara dos Deputados, pertenceu à Arena e ao PDS. Dentro do partido que apoiava o regime militar destacou-se por posições liberais. Antes de ir para o STF era assessor especial de Sarney.



Empresário perdeu quase tudo

Nem no segundo turno 'lobby' funcionou bem

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — No dia 20 de julho, 200 lideranças empresariais de todo o país reuniram-se em Brasília para deflagrar uma campanha pela aprovação de 24 emendas supressivas no segundo turno da Constituinte. Na madrugada de sexta-feira, quando finalmente terminou o segundo turno de votação do texto constitucional, era flagrante a derrota do empresário: apenas uma das 24 emendas havia sido aprovada.

"Trata-se de uma luta pela sobrevivência na qual não há possibilidade de rendição". Essa frase pronunciada pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, num dos pronunciamentos daquela tarde de julho, não fazia mais sentido nos momentos derradeiros do segundo turno da Constituinte. Nós fraquejamos no nosso trabalho de base", cismava na tarde de quinta-feira o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), senador Albano Franco (PMDB-SE). "Faltou o contato, o pedido, a reivindicação de cada empresário ao constituinte de sua região", desabafou Franco.

Os empresários, que no primeiro turno tiveram conquistas importantes, como o veto à estabilidade no emprego e a manutenção da unicidade sindical — um sindicato para cada base territorial —, na segunda etapa da Constituinte perderam até mesmo nas supressivas cuja aprovação era considerada "uma barbada", conforme entendimento de um *lobbyista* da União Brasileira de Empresários (UB). A entidade tinha, por exemplo, a certeza de que o tabelamento dos juros em 12% seria suprimido. No momento da conferência dos votos favoráveis à emenda supressiva apresentada pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um empresário da cons-

trução civil, descobriu-se que a matéria necessitava do entusiasmo de mais 39 constituintes.

Na relação de derrotas dos empresários, somam-se mais 22 pontos expostos num caderno preparado em julho pela UB, para orientar a categoria no que o presidente do grupo Gerda, Jorge Gerda, Johanpeter, do setor metalúrgico, definiu como "uma luta para não perdermos o bonde da história". Neste bonde, porém, a classe só embarcou uma vez, quando conseguiu a aprovação da emenda que cassava o direito dos Tribunais Regionais do Trabalho interferirem na esfera de atuação do Tribunal Superior do Trabalho.

O coordenador da UB, Antônio de Oliveira Santos, acha que os empresários venceram também na limitação dos prazos para a prescrição dos contratos de trabalho. No entanto, como admite o deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG), "esta foi uma luta que ficou praticamente a cargo do setor rural", ou seja, da UDR.

Na noite de quinta-feira, pouco depois de amargar a derrota na luta contra o tabelamento de juros, Albano Franco lamentou que as multinacionais tenham "trabalhado tão mal na Constituinte", contribuindo para ampliar o elenco de derrotas do empresário. "Eles não ganharam nada porque investiram errado na estratégia do corpo-a-corpo, que só fez irritar a opinião pública, a imprensa e os constituintes", afirmou o senador.

A tese de Franco é compartilhada por assessores da CNI, da UB e da Fiesp que trabalharam na Constituinte e que atribuem as derrotas do capital estrangeiro à preferência "pelo jogo de abafa" e à entrega de seus interesses à escritórios de *lobby*. "Estes escritórios além de não terem uma identidade real com os interesses da empresa contratante, também não viam com bons olhos um fim tranquilo da Constituinte, que lhes roubaria os clientes. Do jeito que ficou, pelo menos as empresas precisarão dos escritórios para fazer o *lobby* da legislação ordinária", depõe um assessor de uma entidade de empresas nacionais.

Onde a luta foi perdida

Além do tabelamento dos juros, os empresários tentaram, em vão, alterar outros 22 dispositivos do projeto de Constituição.

Mandado de injunção

— Os empresários queriam suprimir este dispositivo que garante o direito do cidadão de exigir o cumprimento das normas constitucionais. A UB acha que o mandado é "uma muleta destinada a garantir, aos absurdos definidos como hipótese, pernas para chegar ao concreto".

Relação de emprego protegida

— Os empresários concordavam com a relação do emprego protegida contra despedida arbitrária, prevendo-se indenização compensatória. Mas desejavam a supressão do termo "dentro outros direitos".

Turnos ininterruptos de revezamento

— A UB queria a supressão total do dispositivo que assegurava a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. A Constituinte suprimiu a palavra "máxima". A UB acha que assim está bem.

Férias — Os empresários resistiram inutilmente à obrigação de pagar a seus empregados um terço a mais do que o salário normal no período de férias.

Aviso prévio — Os empresários não queriam que o pagamento do aviso prévio fosse relacionado ao tempo de serviço, com um prazo mínimo de 30 dias.

Prescrição — Aos empresários interessava que o prazo de prescrição para os contratos de trabalho fosse regulado apenas para o trabalhador urbano, no limite de cinco anos.

Greve — A UB queria que fosse mantida apenas a frase: "É assegurado o direito de greve", suprimindo-se a competência do trabalhador para decidir sobre a oportunidade da paralisação e os interesses a defender.

Adicional do Imposto de Renda — Os empresários

recomendavam a supressão total do dispositivo que dá aos estados competência para cobrar o adicional de até 5% do Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital.

Conceito de empresa nacional — A UB lutou pela supressão total dos incisos que distinguem e criam privilégios para a empresa de capital nacional. Para eles bastava a definição de que "a empresa brasileira é aquela constituída por leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país".

Nacionalização da pesquisa e lavra — As empresas de mineração como um todo e as multinacionais em particular, levaram a UB a lutar contra a nacionalização da pesquisa e da lavra de recursos minerais.

Contrato de risco — Em vão a UB recomendou também a manutenção dos contratos de risco para a prospecção de petróleo.

Assistência à saúde — A preservação do veto à participação do capital estrangeiro na assistência à saúde, foi mais um insucesso da luta dos empresários na Constituinte.

Os empresários colheram derrotas ainda na tentativa de impedir a estatização no setor de telecomunicações, de reduzir a competência da União para legislar sobre trânsito e transportes, e de ceder ao Estado a incumbência de organizar o abastecimento. A estatização dos serviços de gás canalizado foi igualmente condenada pelos empresários, assim como a competência dada aos municípios para suplementar a legislação federal e estadual.

A UB não conseguiu ainda impedir a competência normativa concedida à Justiça do Trabalho, o papel de agente regulador da economia atribuindo ao estado e a caracterização do mercado interno como patrimônio nacional. Em vão a entidade tentou também suprimir o imposto sobre grandes fortunas.

UDR ganhou e agora vai retribuir

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — A Assembleia Nacional Constituinte já encerrou sua tarefa mas o lema tornado famoso durante seus trabalhos pelo agora ministro da Indústria e do Comércio, deputado Roberto Cardoso Alves — "é dando que se recebe" — continuará em vigor no mundo político. A União Democrática Rural (UDR) pretende entrar firme na campanha rural para ajudar os candidatos a vereador e prefeito apoiados pelos parlamentares que votaram a favor de suas teses na Constituinte.

"Será uma retribuição ao tanto que esses constituintes fizeram pela classe produtora", diz o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. Essa retribuição, admite ele, deverá incluir ajuda financeira aos candidatos. "É direito de todo brasileiro dar dinheiro aos candidatos de sua preferência", justifica.

Na próxima terça-feira a diretoria da UDR deverá se reunir em sua sede nacional, em Brasília, para definir a participação da entidade na campanha eleitoral. Um dos parâmetros para a escolha dos parlamentares que terão o apoio da organização, antecipa Caiado, serão as listas com os votos dos constituintes. A consolidação dessas listas em função das votações de interesse dos produtores rurais já está sendo feita por um dos departamentos da UDR.

Com a aprovação em sua última sessão de votação da anistia às dívidas contraídas pelos pequenos e microempresários e fazendeiros durante o Plano Cruzado, a Assembleia Constituinte endossou todas as principais propostas defendidas pela UDR. Outras propostas importantes foram a limitação da reforma agrária e a redução de 25 para apenas cinco anos do prazo de prescrição das reivindicações trabalhistas no campo. "Não temos nada a queixar da Constituinte. Em tudo aquilo que defendemos fomos vitoriosos. Não perdemos uma batalha sequer na Assembleia Constituinte", festeja Caiado.

Além de aprovar suas teses, segundo Caiado, a Constituinte também serviu para "apagar a imagem negativa da UDR. Sempre tentaram nos estigmatizar como entidade de reacionários, de retrógrados, de anti-reforma agrária, de caloteiros e de poderosos que usavam dinheiro para sensibilizar constituintes. Isto foi desmistificado porque, do contrário, as multinacionais, as indústrias e os banqueiros teriam sido muito bem sucedidos na Constituinte".

Crescimento — Depois de ter atravessado a madrugada de sexta-feira comemorando com correligionários a vitória final da UDR na Constituinte, Caiado compareceu a sede da entidade no começo da tarde mas os constantes telefonemas não o deixaram trabalhar. "Vamos ver se agora o pessoal urbano aprende e deixa de ficar esperando o Estado resolver a situação deles", comentou entre gargalhadas a um interlocutor.

Aumentar o número de filiados, por sinal, é uma das novas metas da UDR. Aproveitando o embalo da vitória na Constituinte, Caiado planeja desencadear uma campanha de filiação para multiplicar o número de adeptos registrados, que atualmente é de cerca de 300 mil fazendeiros. "O objetivo é atingir 5 milhões de filiados, isto é, toda a classe rural brasileira", proclama o presidente da UDR, que iniciará no final da próxima semana nova rodada de viagens ao interior do país, num roteiro que inclui visitas a cidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nessas viagens, Caiado irá desfilar as novas bandeiras criadas pela UDR para substituir as propostas de exclusão de terras produtivas da reforma agrária e da anistia: a aprovação de lei ordinária eliminando a correção monetária nos empréstimos rurais e a restrição às contas remuneradas que vem sendo criada pelos bancos comerciais. O crescimento dos depósitos nas contas remuneradas prejudica os agricultores porque correspondem à redução do volume de dinheiro captado pelos bancos sem pagamento de juros, os chamados "depósitos livres". É parte desses depósitos livres que os bancos têm de recolher compulsoriamente ao Banco Central para formar o bolo de dinheiro a ser emprestado a juros subsidiados aos produtores rurais.

"Vamos denunciar a implantação destas contas automaticamente remuneradas no Brasil como um crime. Isto impedirá a formação dos depósitos compulsórios, penalizando principalmente a agricultura, que não terá mais os repasses de crédito dos bancos comerciais", protesta Caiado. A "campanha de denúncia" contra as contas remuneradas, esclarece ele, não incluirá tentativas de reclamações diretamente junto ao presidente Sarney. Isto é perda de tempo e não temos tempo a perder", afirma.